



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Brasília/DF, CEP 70053900
Telefone: (61) 2027-7000 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.mdic.gov.br

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 52007.100432/2018-91

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº **00.394.478/0002-24**, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", em Brasília - DF, neste ato representado pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, o Senhor **FERNANDO LOURENÇO NUNES NETO**, designado pela Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 2.090 de 25/10/2016, publicada no Diário Oficial da União de 26/10/2016, portador da Carteira de Identidade - RG, nº 095354288 expedida pela IFP-RJ e do CPF nº 889.615.837.00, consoante a competência atribuída pelo artigo 10 do Anexo I do Decreto nº 9.260 de 29/12/2017, publicado no DOU de 02/01/2018, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica para REGISTRO DE PREÇOS, nº **xx/2018**, publicada no DOU de xx/xx/2018, processo administrativo nº **52007.100432/2018-91**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, bem como à Portaria nº 409, de 21 dezembro de 2016 e à Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de bufê e lanche, com fornecimento de material e serviço de apoio, quando for o caso, para atendimentos de eventos institucionais do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, em Brasília-DF, especificado no item 1 do Termo de referência, anexo **XX** do edital de Pregão Eletrônico nº **XX/2018**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Razão social: CNPJ/MF: Endereço Tel/FAX: E-mail: Representante Legal:					
	Produto	Descrição	Subitem	Quant. total de pessoas	Valor unitário (por pessoa)	Valor total

1	Lanche tipo 1	3 tipos de salgados; pães de queijo; e 2 tipos de suco (sem serviço)	a) até 50 pessoas	4.178	R\$	R\$
			b) de 50 a 100 pessoas	1.060	R\$	R\$
2	Lanche tipo 2	5 tipos de salgados; 3 tipos de frutas; 3 tipos de bolos ou biscoitos doces; 2 tipos de refrigerante; 2 tipos de suco; café e chocolate (com louças e serviço)	a) até 50 pessoas	3.425	R\$	R\$
			b) de 50 a 100 pessoas	2.358	R\$	R\$
3	Almoço ou jantar	1 tipo de carne vermelha; 1 tipo de carne branca; 1 tipo de frutos do mar; 1 tipo de vegetal; 1 tipo de salada; 1 tipo de arroz; 1 tipo de massa; 1 tipo de sobremesa; 2 tipos de refrigerante; e 2 tipos de suco (com louças e serviço)	de 10 a 20 pessoas	1.796	R\$	R\$

2.2. Do total registrado na presente Ata, as quantidades referentes ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços são:

Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços		
Item	Subitem	Quantitativo Total
1	a) até 50 pessoas	1.978
	b) de 50 a 100 pessoas	360
2	a) até 50 pessoas	1225
	b) de 50 a 100 pessoas	858
3	de 10 a 20 pessoas	1036

3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ÓRGÃO PARTICIPANTE		16º Batalhão Logístico	Batalhão de Polícia do Exército de Brasília	Comando de Operações Terrestres
Item	Subitem	Quantitativo total	Quantitativo total	Quantitativo total
1	a) até 50 pessoas	1.000	1.000	200
	b) de 50 a 100 pessoas	300	300	100
2	a) até 50 pessoas	900	700	600
	b) de 50 a 100 pessoas	600	700	200
3	de 10 a 20 pessoas	200	260	300

4. **DA VALIDADE DA ATA**

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir de XX/XX/2018, não podendo ser prorrogada, observado o disposto no artigo 12 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

5. **DA REVISÃO E CANCELAMENTO**

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens "5.7.1", "5.7.2." e "5.7.4." acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. **OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO**

- 6.1. Exigir o cumprimento de todas as condições definidas no Termo de Referência e na proposta da Fornecedor registrado;
- 6.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 6.3. Pagar à empresa o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela empresa, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 6.5. Prestar à empresa, em tempo hábil, as informações disponíveis e necessárias à execução de seus serviços.
- 6.6. Manter a empresa informada sobre o agendamento ou cancelamento do evento com a maior antecedência possível, sendo necessário observar o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis.

7. **OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 7.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;
- 7.2. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando o órgão autorizado a descontar dos pagamentos devidos à empresa, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 7.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 7.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 7.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá;
- 7.7. Apresentar ao órgão, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 7.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 7.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelos serviços contratado, devendo a empresa relatar ao órgão toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 7.10. Relatar ao órgão toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 7.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 7.12. Estar em regular em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento dos serviços contratado;
- 7.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 8.1. Nos termos da Lei nº 10.520/2002, a empresa estará sujeita a sanções quando:

- 8.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 8.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 8.1.3. falhar ou fraudar na execução do contratado;
- 8.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e
- 8.1.5. cometer fraude fiscal.

- 8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste ajuste, a Administração pode aplicar à empresa as seguintes sanções:

- 8.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

- 8.2.2. **Multa de:**

- 8.2.2.1. 5% (cinco por cento), **por cada meia hora**, sobre o valor da ordem de serviço, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 2 (duas) horas.

- 8.2.2.2. 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da ordem de serviço, em caso de atraso superior a 2 (duas) horas ou inexecução total do serviço, possibilitando também a rescisão unilateral da avença.

- 8.2.2.3. Após a primeira hora de atraso, a qualquer tempo, a critério da Administração, poderá ocorrer o pedido de cancelamento do serviço pela equipe de fiscalização, fato que ensejará a cobrança da multa proporcional descrita no subitem 8.2.2.1, mas não excluirá a possibilidade de a empresa emitir fatura sobre materiais que já tiverem sido disponibilizados para o atendimento ao órgão, com as devidas justificativas.

- 8.2.2.4. 5% a 30% por evento sobre o valor da ordem de serviço, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo.

- 8.2.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- 8.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

- 8.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

- 8.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que

a empresa ressarcir o órgão pelos prejuízos causados;

8.2.6. As sanções previstas nos subitens 8.2.1, 8.2.3, 8.2.4 e 8.2.5 poderão ser aplicadas à empresa juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	5% por evento sobre o valor da ordem de serviço
2	10% por evento sobre o valor da ordem de serviço
3	20% por evento sobre o valor da ordem de serviço
4	30% por evento sobre o valor da ordem de serviço

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
A	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	4
B	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por evento;	3
C	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por evento;	2
D	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por evento.	1

8.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

8.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à empresa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

8.6. A aplicação das sanções pelo MDIC seguirá o rito instituído pela Portaria nº 334, de 23 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 247, seção I, p. 69-70.

8.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade

da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao órgão, observado o princípio da proporcionalidade.

8.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, fiscalização da execução e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação do Fornecedor com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do ajuste; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do fornecimento.

9.4. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

9.5. Não será permitida a utilização da presente Ata por órgãos ou entidades não partícipes.

9.6. A relação dos licitantes que aceitaram cotar os serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame está anexada em SEI nº XXXXX, nos termos do §4º do art. 11 do Decreto nº 7.892/2013.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Ata de Registro de Preços – modelo – pregão serviços não contínuos - SRP
Atualização: setembro/2017



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA DE LIMA SILVA**, Agente Administrativo, em 19/09/2018, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.mdic.gov.br/validador>, informando o código verificador **0421086** e o código CRC **4884B66E**.